



ANÁLISE DO CASO DA BACIA HIDROGRÁFICA MATANZA-RIACHUELO SOB O ENFOQUE DA JURISPRUDÊNCIA AMBIENTAL

Case Study Matanza-Riachuelo Watershed from an environmental jurisprudence perspective

Livia Maria Cruz Gonçalves Souza

Dom Helder Escola Superior, Belo Horizonte, MG, Brasil

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6155743240090196> ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2227-6142>

E-mail: liviamaria_cg@hotmail.com

Adriana Freitas Antunes Camatta

Dom Helder Escola Superior, Belo Horizonte, MG, Brasil

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8679569206570316> ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5151-0540>

E-mail: adriana.camatta@domhelder.edu.br

Trabalho enviado em 21 de novembro de 2022 e aceito em 08 de abril de 2023



This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.



Rev. Quaestio Iuris., Rio de Janeiro, Vol. 16, N.02. Dossiê, 2023, p. 1101 - 1117

Livia Maria Cruz Gonçalves Souza e Adriana Freitas Antunes Camatta

DOI: 10.12957/rqi.2023. 71373

RESUMO

A análise do caso Bacia Matanza Riachuelo chama à reflexão um complexo processo de degradação ambiental que envolveu o Estado Nacional, a Província de Buenos Aires, a Cidade Autônoma de Buenos Aires e 44 empresas que realizavam suas atividades industriais nessa região. Uma vez judicializada a questão ambiental por parte dos afetados pela contaminação da Bacia, este trabalho objetiva apresentar diferentes pontos abordados na sentença judicial e seus efeitos na demarcação de um novo cenário interventivo à proteção ambiental, destacando a construção de argumentos que priorizam a elaboração de políticas públicas ambientais. O método adotado foi o hipotético-indutivo. A pesquisa busca como contribuição o fortalecimento da construção de uma jurisprudência ambiental.

Palavras-Chave: Judicialização; meio ambiente; dano ambiental; jurisprudência ambiental

ABSTRACT

The analysis of the Matanza Riachuelo Basin case calls to mind a complex process of environmental degradation that involved the National State, the Province of Buenos Aires, the City of Buenos Aires and 44 companies that carried out their industrial activities in this region. Once the environmental issue has been judicialized by those affected by the contamination of the basin, this paper aims to present different points addressed in the court ruling and its effects on the demarcation of a new intervening scenario for environmental protection, highlighting the construction of arguments that prioritize the development of environmental public policies and strengthen the construction of an environmental jurisprudence.

Keywords: Judicialization; environment; environmental damage; environmental jurisprudence

1 INTRODUÇÃO

A Bacia hidrográfica Matanza Riachuelo localiza-se no limite sul da Cidade Autônoma de Buenos Aires. Sua estrutura e limites geográficos abarcam a capital federal e 14 municípios da província de Buenos Aires, desembocando no Rio da Prata.

Ao longo de seu extenso percurso, 64 km, existem zonas urbanas e industrializadas que abarcam uma das áreas mais comprometidas e degradadas ambientalmente da região, sendo as mais críticas localizadas próximas à região portuária e as que se encontram no entorno dos polos industriais. A Bacia do rio Matanza Riachuelo contém uma população de mais de 4 milhões de habitantes e representa mais de 10% de toda população da República Argentina.

Em 2004, um grupo de vizinhos apresentou uma demanda (Causa Mendoza) em desfavor do Estado Nacional, da Província de Buenos Aires, da Cidade Autônoma de Buenos Aires e de mais 44 empresas que realizavam suas atividades industriais nas adjacências da bacia hidrográfica Matanza Riachuelo, pleiteando recomposição ambiental, a criação de um fundo para o desenvolvimento de um plano de saneamento para a bacia, mais danos e prejuízos sofridos em razão da contaminação ambiental. Posteriormente, essa causa é ampliada aos 14 municípios bonaerenses, dando origem à Causa “Mendoza, Beatriz Silva e outros contra o Estado Nacional e outros” pelos danos derivados da alta poluição ambiental do Rio Matanza Riachuelo.

Em 20 de junho de 2006, a Suprema Corte de Justiça da Nação Argentina declara-se originariamente competente para tutelar o bem coletivo e em 2008 estabelece acórdão definitivo em matéria de recomposição e prevenção do dano ambiental.

É nessa perspectiva que a presente pesquisa busca destacar, sob o enfoque da jurisprudência ambiental, o avançado posicionamento da Suprema Corte de Justiça da Nação Argentina à época, que abriu sua instância originária para conhecer e resolver um caso sobre a pretensão de reparação e prevenção de dano ambiental coletivo, decorrente da contaminação da bacia hidrográfica Matanza Riachuelo, envolvendo milhões de pessoas que habitam sua extensão, três jurisdições estatais e mais de trinta organismos com competência territorial. Uma causa extremamente complexa e com vários desdobramentos.

Para melhor compreensão, o estudo será dividido em dois momentos. Primeiramente será analisado o cenário da Bacia Matanza Riachuelo e os pleitos apresentados nos autos processuais na demanda interposta pelos afetados à Suprema Corte de Justiça Argentina. Na segunda parte, o estudo analisará as decisões e diretrizes emanadas pela Corte e as inovações apresentadas, englobando as noções de danos futuros e danos irreversíveis às futuras gerações.

A pesquisa foi guiada pela seguinte indagação: as decisões judiciais em questões ambientais, emanadas por Cortes de diferentes Estados latino-americanos, têm contribuído para a formação de uma jurisprudência ambiental? Como hipótese, pretende-se demonstrar que as decisões judiciais proferidas em países latinos distintos tendem a fortalecer a construção de uma jurisprudência ambiental protetiva ao meio ambiente, uma vez que orienta os julgamentos posteriores e estimula os Estados a adotar políticas públicas de proteção ambiental. Para tanto, como recorte metodológico, será analisado o julgado da Corte Argentina como base.

O artigo será descritivo e analítico, permitindo uma abordagem de conceitos e diretrizes importantes para o desenvolvimento do estudo ambiental. Para tanto, utilizou-se de pesquisa bibliográfica e documental, com enfoque em leituras doutrinárias e análise jurisprudencial, no qual será adotado o método hipotético-indutivo.

Pela relevância do tema dentro do contexto contemporâneo de proteção ambiental e diante da escassez de trabalhos que analisam decisões jurisprudenciais, este estudo torna-se de fundamental importância. Trata-se, portanto, de uma abordagem que deve interessar a todos aqueles que se preocupam com a proteção do meio ambiente em uma perspectiva holística e da relação estabelecida entre este meio que deve ser ecologicamente equilibrado e são com o seu entorno, de modo a protegê-lo integralmente para as presentes e futuras gerações.

2 CENÁRIO DA BACIA MATANZA RIACHUELO E OS REFLEXOS DA CONTAMINAÇÃO NOS AFETADOS E OS RESPECTIVOS IMPACTOS

A Bacia do rio Matanza Riachuelo tornou-se centro de debates internacionais por ser considerada uma das bacias mais poluídas do mundo e o rio Matanza Riachuelo o mais poluído da América Latina. Cerca de 60% das 20.000 pessoas que residem perto da bacia vivem num território considerado impróprio para a subsistência humana e mais de cinco milhões de pessoas vivem ao longo do fluxo, o que representa 10% da população argentina, que também vive em risco. A região de extensa cobertura sofre de severo impacto ambiental. (BARBOSA, 2016)

Por esse motivo, analisar o conceito de bacia hidrográfica torna-se de suma importância para a completa compreensão e dimensão do problema. A bacia hidrográfica é uma área na qual a água proveniente das chuvas corre através dos terrenos e se concentra num único corpo seja rio, lago ou mar. Por essa razão, entender como o fluxo da água é captado conecta-se diretamente aos problemas associados à distribuição, quantidade (inundação) e qualidade (contaminação) da água.

No caso da Bacia Matanza Riachuelo, a água da chuva forma riachos (incluindo o Rodríguez, Morales, Chacón, Cañuelas, Aguirre, Ortega, Santa Catalina, La Paja e Del Rey) que convergem num curso principal chamado Matanza, nas suas origens, e Riachuelo, na sua reta final. Este curso principal percorre toda extensão sudoeste-nordeste até chegar à sua foz e descarregar as suas águas no Rio da Prata. Quanto mais ao sul, mais pobre e degradada urbanisticamente é a metrópole latino-americana. (ACUMAR, 2016).

A bacia é distribuída em três zonas: bacia alta, bacia média e bacia baixa. Essa divisão leva em consideração contextos geográficos, econômicos, políticos e sociais. Na bacia alta concentram-se as atividades rurais, primárias e agroindustriais; na bacia média a paisagem sincrética urbana e rural e na bacia baixa, a predominância da planta urbana onde se instalaram as principais atividades industriais e de serviços. Quanto mais ao sul da Província, mais complexa e contaminada, uma vez que o polo industrial se fixou na parte mais baixa da bacia hidrográfica. (ACUMAR, 2016).

Dentre as indústrias do entorno, as que possuem maior relevância são as dos setores químicos e petroquímicos, além das alimentícias, curtumes, frigoríficos, galvanoplastia e metalurgia e por isso exposto a uma progressiva degradação ambiental.

Ademais, distintos metais pesados foram encontrados na bacia como mercúrio, zinco, chumbo e cromo, em quantidade 50 vezes superior ao permitido. Somada a essa proporção os corpos hídricos ainda recebem uma descarga diária de 192 mil metros cúbicos de esgoto e os dejetos dos mais de 100 lixões a céu aberto. A situação da região é tão precária que o ambiente foi considerado impróprio para a subsistência humana (ARIAS, 2019).

Uma das áreas que merece destaque é a *Villa inflamable* situada em Dock Sud, no município de Avellaneda, também conhecida como vila tóxica. Ela foi considerada pela Corte Suprema Argentina como inabitável, por ser rodeada por empresas químicas. Ela se concentra no cerne do polo petroquímico com empresas expurgando resíduos tóxicos 24h. Tudo ao seu entorno está contaminado: a terra, o ar e a água. As crianças que lá habitam têm 5 vezes mais chumbo no sangue do que o aceitável e entre os habitantes são comuns as enfermidades cutâneas, respiratórias e outras de maior gravidade como o câncer (CUÉ E CENTENERA, 2018).

Além de toda preocupação com o adensamento populacional formado no entorno da bacia e exposto a diversas formas de contaminação, existem também seis áreas de proteção ambiental que são diretamente impactadas pelas ações antrópicas decorrentes do processo de desenvolvimento econômico da região.

Por todo esse cenário, Beatriz Mendoza e demais autores ingressaram com ação contra o Estado Nacional, contra a Província de Buenos Aires, contra o Governo da Cidade Autônoma de Buenos Aires e contra as 44 empresas objetivando obter indenização pelos danos e prejuízos sofridos pela contaminação ambiental da citada bacia. Dentre os autores da ação, vários pertencem a *Villa Inflamable*.

Dentre os argumentos descritos na peça processual, destaca-se a responsabilização ao Estado Nacional, uma vez que a situação denunciada se encontra em uma via navegável e inter-jurisdicional que abrange parte da Capital e os catorze Municípios da Província de Buenos Aires, sobre o qual incidem os instrumentos de regulação e controle, em virtude do artigo 75, incisos 10 e 13 da Constituição Nacional.

Também imputam a responsabilidade à Província de Buenos Aires, por ter o domínio originário sobre os recursos naturais existentes no território, em conformidade com os artigos 121 e 124 da Constituição Nacional e igualmente responsabilizam a Cidade Autônoma de Buenos Aires por sua condição de ribeirinha do rio Riachuelo, o que constitui área de sua jurisdição, um bem seu de domínio público.

Alegam que as indústrias descarregam *in natura* no rio e no solo resíduos sólidos tóxicos e perigosos e que há contaminação por metais pesados e compostos orgânicos, com forte presença de hidrocarbonetos totais e pesticidas "organoclorados". Reforçam que as empresas ali instaladas desenvolvem suas atividades em total estagnação tecnológica e num estado ambiental deficiente. (PNUMA, 2010)

Ademais não existem sistemas de esgoto no local e os dejetos são despejados diretamente no rio, assim como os resíduos provenientes de depósitos de lixo inadequados. Esses fatos têm ocasionado um grande número de terrenos potencialmente contaminados, com impacto em suas águas subterrâneas/superficiais e no solo. Na bacia baixa do rio, área mais crítica, diminui-se bruscamente a qualidade da água, chegando a se transformar na altura do arroio Santa Catalina, a formação de curso de água "semelhante a um líquido cloacal em condições anaeróbicas". (PNUMA, 2010)

Ainda complementam o pleito solicitando o ressarcimento por danos individuais e coletivos, dois quais elencam-se: despesas por tratamento médico; despesas de realocização nos casos especificamente indicados; dano moral; danos psicológicos sofridos por mães e pais e seus filhos; danos futuros que compreendem tratamentos para liberar as crianças da contaminação que carregam em seus organismos; perda do valor do aluguel dos imóveis que habitam e, por fim, reivindicam danos causados ao ambiente e à sua recomposição.

Curiosamente, na decisão de 20 de junho de 2006, a Corte declina em julgar a acumulação subjetiva das pretensões por entender que sua competência está fundamentada direta e exclusivamente em prescrições constitucionais de caráter nacional, ou seja, em leis do Congresso ou Tratados com outras nações, de tal modo que somente se tornará competente nessas condições.

Em que pese um dos pressupostos estabelecer a competência originária da Corte quando é parte uma Província, artigo 117 da Constituição Nacional, eis que as reclamações individuais desta natureza devem ser direcionadas pelos demandantes perante os tribunais que forem competentes (inferiores ou provincial local) e não à Corte. Em virtude do caráter federal da matéria e a necessidade de conciliar o privilégio do foro federal que corresponde ao Estado Nacional, a única solução plausível às prerrogativas jurisdicionais é declarar a competência originária do tribunal que prevê o artigo supracitado.

Portanto, a Corte declara-se incompetente para tais demandas individuais, mas avoca para si o compromisso em preservar a tutela do bem coletivo. Alega ter “prioridade absoluta a prevenção do dano futuro por tratar-se de atos contínuos que perpetuam a contaminação” e que deve haver o compromisso de se buscar a restauração da poluição ambiental já causada, em conformidade com os mecanismos que a lei prevê a fim de se evitar danos irreversíveis que comprometam as futuras gerações. (ARGENTINA, 2006)

A noção de melhoria do meio ambiente para as gerações presentes e futuras deve ser um objetivo imperioso para a humanidade a ser perseguido, mesmo que para isso responsabilidades sejam imputadas às instituições, empresas e demais envolvidos. (SILVA, 2017)

Os ordenamentos jurídicos internacionais não devem permitir a utilização de recursos ambientais em atividade degradantes, com retrocesso no uso dos recursos naturais para quaisquer atividades sem que haja pesquisa, planejamento e utilização desses recursos. Sem esses cuidados institucionais e jurídicos, dificilmente pode se assegurar um mínimo razoável de meio ambiente ecologicamente estável entre às presentes e futuras gerações.

Nesse sentido, muito bem compreendeu a Corte ao internalizar que todo empreendimento que se consolida deve estar apto a se desenvolver observando as necessidades das gerações presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras na satisfação de suas próprias necessidades. Dessa forma, as gerações presentes devem buscar o crescimento econômico e social, sem comprometer, contudo, os recursos naturais fundamentais para a qualidade de vida das futuras gerações.

3 DIRETRIZES EMANADAS PELA CORTE E AS INOVAÇÕES APRESENTADAS ENGLOBANDO AS NOÇÕES DE DANOS FUTUROS E DANOS IRREVERSÍVEIS AO MEIO AMBIENTE E ÀS FUTURAS GERAÇÕES.

Conforme apresentado no capítulo anterior, a Corte Suprema de Justiça da Nação reconhece sua competência para tutelar o meio ambiente como bem coletivo. Nesse sentido, reafirma o compromisso de que os juízes devem atuar efetivamente de acordo com os ditames constitucionais uma vez que a intervenção ambiental pode beneficiar ou prejudicar toda a sociedade, por referir-se a um bem difuso, de forma transindividual.

Nesta decisão inédita a Corte indefere a cumulação objetiva das pretensões ajuizadas e declara como sua a competência originária para julgar a prevenção, recomposição e ressarcimento do dano coletivo. Da mesma forma declara sua incompetência para reconhecer o ressarcimento pelos danos e prejuízos individuais e requer às empresas demandadas que, num prazo de trinta (30) dias, informem os seguintes quesitos: descrevam os líquidos despejados no rio, volume e quantidade; apresentem sistemas de tratamento de resíduos e seguro de restauração do dano ambiental contratado com cobertura suficiente para garantir a recomposição do dano. (ARGENTINA, 2006).

Ato contínuo, solicita ao Estado Nacional, à Província de Buenos Aires e ao Conselho Federal do Meio Ambiente (COFEMA), também no prazo de trinta (30) dias, a apresentação de um Plano Integrado para o Saneamento da Bacia Matanza Riachuelo, de acordo com os princípios de integração e progressividade que contemplem: (I) um ordenamento ambiental do território; (II) o controle sobre o desenvolvimento das atividades antrópicas considerando os aspectos políticos, físicos, sociais, tecnológicos, culturais, econômicos, jurídicos e ecológicos da realidade local, regional e nacional; (III) Estudo de Impacto Ambiental das 44 empresas envolvidas, e caso não houver, requerê-lo de forma imediata; (IV) programa de educação ambiental como instrumento básico de cidadania; (V) programa de informação ambiental pública a qualquer pessoa que a requeira, especialmente os cidadãos da área territorial implicada e por fim determina a realização de audiência pública a ser realizada no dia 05 de setembro do mesmo ano (2009). (PNUMA, 2010)

Esse Plano Integral de Saneamento Ambiental da Bacia deveria ainda observar três objetivos gerais: o melhoramento da qualidade de vida dos habitantes; reparação da bacia em todos os seus componentes (água, ar e solo) e prevenção de danos.

Neste momento também é criada a Autoridade da Bacia Matanza Riachuelo (ACUMAR), pela Lei 26.168, a qual compete coordenar os trabalhos sobre saneamento na bacia de forma tripartida entre a Nação, a Província e a Cidade, tornando-se autônoma, autárquica, interjurisdicional. (ARGENTINA, 2008)



Estabeleceu-se assim, as bases para a execução da sentença, por meio de um microssistema de controle institucional, composto por três sistemas. O primeiro sistema controla o manejo e alocação dos recursos e a execução orçamentária do referente Plano que fica a cargo da Auditoria Geral da Nação (AGN). O segundo corresponde ao controle judiciário da execução da sentença, que fica a cargo da ACUMAR, atribuindo competência exclusiva ao Juizado Federal de Quilmes. Por último, o controle do cumprimento do Plano de Saneamento, através do fortalecimento da participação cidadã e a conformação de um corpo colegiado que será composto por representantes das ONGs que intervêm na causa em condição de terceiros interessados, cuja organização e coordenação se confia ao Defensor do Povo da Nação. (ARGENTINA, 2008).

Em 08 de julho de 2008, a Suprema Corte profere acórdão definitivo ao caso sobre a restauração e prevenção dos danos ao ambiente. Esta decisão apresenta uma verdadeira colação de lições e conceitos sobre a doutrina ambiental, estabelecendo as definições de dano ambiental coletivo, dano ambiental individual, competência, natureza e incidência do direito ambiental, bem como do manejo dos processos coletivos ambientais, legitimidade, regras do devido processo legal, audiências, informação pública, educação ambiental etc., suprimindo as lacunas legislativas no Estado. A posição da Corte neste julgado foi de suma relevância para destacar importantes orientações para as futuras demandas ambientais.

A título de exemplo pode-se citar alguns trechos destacados do acórdão:

“o reconhecimento de status constitucional do direito ao gozo de um ambiente sadio, bem como a expressa e típica previsão atinente à obrigação de recompor o dano ambiental (artigo 41 CN) não configuram uma mera expressão de bons e desejáveis propósitos para as gerações do futuro, subordinados na sua eficácia a um poder arbitrário dos organismos públicos, federais ou provinciais, senão a precisa e positiva decisão da constituinte de 1994 de enumerar e hierarquizar com importância suprema a um direito pré-existente, que face à supremacia estabelecida no artigo 31 da Constituição Nacional e as competências determinadas no artigo 116 - CN para a jurisdição federal, respaldam a intervenção deste foro de natureza excepcional para os assuntos em que os efeitos se estendam além das fronteiras de um estado federado e se busque a tutela que prevê a Carta Magna”. (PNUMA, 2010)

E complementa:

“a tutela do ambiente implica o cumprimento dos deveres que cada cidadão tem em relação ao cuidado dos rios, da diversidade da flora e fauna, dos solos contíguos, da atmosfera. Estes deveres são o direito correspondente que esses mesmos cidadãos têm de desfrutar de um ambiente sadio, para si mesmos e para as gerações futuras, porque o dano que um indivíduo ocasiona ao bem coletivo o está causando a si próprio. A melhoria ou a degradação do ambiente beneficia ou prejudica a população inteira, porque é um bem que pertence à esfera social e trans-individual, e daí procede a particular energia com que os juízes devem atuar para tornar efetivos estes mandatos constitucionais”. (PNUMA, 2010).

Diante da complexidade do pleito, percebeu-se que não seria possível avançar na causa sem exigir a juntada de informações precisas, atualizadas, públicas e acessíveis. Para tanto foi solicitado um relatório aos experts da Universidade de Buenos Aires e designada nova audiência pública para conferências das ações impostas. (ARGENTINA, 2008)

Como consequência e em complemento a decisão exarada, a Corte (ARGENTINA, 2008) ordenou a ACUMAR e aos Estados Nacional, Provincial e da Cidade de Buenos Aires, a execução do Plano Integral de Saneamento Ambiental da Bacia (PISA), mencionado acima.

Nesse sentido, o PISA foi o documento apto a orientar o trabalho da organização, permitindo uma ação coordenada entre os diferentes atores que, até então, trabalhavam de forma desconexa para resolver os problemas da região. Ele foi elaborado em 2009 e atualizado em 2010 e 2016, como resultado do trabalho de especialistas, do consenso entre as jurisdições envolvidas e das complexidades do território. (ACUMAR)¹

Além do PISA, a resolução também impôs 11 mandamentos que se relacionam às seguintes ações impostas: (ARGENTINA, 2008)

1. informação pública digital para o público em geral;
2. informações sobre a contaminação de origem industrial, passível de inspeções e identificação de agentes contaminantes, plano de tratamento, cessação da contaminação, encerramento, linhas de créditos;
3. apresentação de forma pública, atualizável trimestralmente, do estado da água e as camadas subterrâneas, além da qualidade do ar;
4. projeto de reconversão industrial e realocização para adequação ambiental do polo petroquímico Dock Sud, empresas envolvidas, populações atingidas, convênios assinados, etapas e prazos de cumprimento;
5. convênio para o Subprograma Federal de Urbanização de Vilas e Assentamentos Precários, na primeira etapa;
6. saneamento de lixões, abrangendo as medidas necessárias para impedir que prossiga o lançamento de resíduos nos lixões, medidas de prevenção de formação de novos lixões, medidas para erradicar as moradias nos lixões, ordenando sua erradicação, limpeza e fechamento, concretizando o plano de gestão integral de resíduos sólidos urbanos (GIRSU);
7. limpeza das margens dos rios;
8. expansão da rede de água potável;
9. desagües pluviais;

¹ Disponível em: <https://www.acumar.gob.ar/pisa-plan-integral-saneamiento-ambiental/>

10. plano sanitário de emergência. (PNUMA, 2010).

A decisão também contemplou os seguintes prazos: 30 dias para a realização de inspeções em todas as empresas da Bacia Matanza Riachuelo; 30 dias para que todas as empresas identificadas com agentes contaminantes que lancem resíduos, descargas, emissões à Bacia, apresentem à autoridade competente o respectivo plano de tratamento; 180 dias para as empresas cessarem o despejo, emissão e disposição de substâncias poluentes que impactem negativamente na Bacia; 90 dias para realizar um mapeamento sociodemográfico dos fatores ambientais de risco; determinar a população em situação de risco; elaborar um diagnóstico de base para todas as enfermidades que permita discriminar patologias produzidas pela contaminação do ar, solo e água; especificar as medidas de vigilância epidemiológica adotadas na zona de emergência; 60 dias para elaborar e colocar em execução programas sanitários específicos, a fim de satisfazer as necessidades da população da Bacia e um ano para erradicar, limpar e fechar todos os lixões ilegais mapeados pela ACUMAR. (PNUMA, 2010).

Por fim, estabelece a concretização do Plano de Gestão Integral de Resíduos Sólidos Urbanos (GIRSU) e cria, para tanto, um sistema de multas que implicam a obrigação de resultados.

Após a determinação dessas várias diretrizes, realizou-se em 14 de março de 2018, a audiência pública com o fito de dar prosseguimento a execução definitiva estabelecida no acórdão e verificar o cumprimento do Plano Integral de Saneamento Ambiental (PISA). Foram requisitados para participar da audiência a ACUMAR, o Estado Nacional, a Província de Buenos Aires e a Cidade Autônoma de Buenos Aires. Observa-se, portanto, o esforço da Corte de Justiça em estabelecer parâmetros que estimulassem o cuidado e a maior efetividade na proteção ambiental. (ARGENTINA, 2018)

Na prática, contudo, verificou-se como resultado baixo nível no cumprimento da sentença e a certeza de que a implementação do PISA encontrava-se muito aquém do que fora proposto.

Várias foram as razões apresentadas para o descumprimento do PISA. A primeira delas foi a própria organização estrutural da ACUMAR. Nesta administração fora relatada grande debilidade e escassez de desempenho que afetaram diretamente a falta de continuidade na execução dos projetos e significativas deficiências no sistema de controle interno sobre a administração do Fundo de Compensação Ambiental, além da instabilidade dos cargos diretivos. (ARGENTINA 2018)

Ademais também foram pontuados os seguintes aspectos: ausência de manuais diretivos com a regulamentação do que deveria ser seguido em planejamento, monitorização e avaliação; falta de atualização das informações; deficiências no sistema de integração, controle e gestão do

sistema operado, além dos indicadores implementados serem extremamente falhos com referência a dados completamente desatualizados.

Em termos concretos, ficou constatada a alta contaminação ambiental na bacia hídrica, sendo registrados 16.701 estabelecimentos industriais dos quais 1.385 foram declarados agentes contaminantes históricos. Mais de 500 foram reconvertidos, mas ainda restaram 880 agentes contaminantes pendentes de reconversão. Os lixões a céu aberto continuam a ser um grave problema e em referência à expansão das redes de água potável e de esgotos do Sistema Riachuelo, a ACUMAR reconhece os atrasos no desenvolvimento das obras do Plano Diretor e na licitação, embora o crédito internacional para o seu financiamento sempre estivesse disponível desde meados de 2015. (ARGENTINA, 2018).

O avanço da realocação das vilas e assentamentos também foi extremamente baixo e percebeu-se a ausência de um planejamento adequado na construção das habitações. Das 17.771 habitações com necessidades sociais urgentes, apenas 3.992 unidades foram atendidas. O retardo na realização do projeto de realocação da *Villa Inflamable*, que compreende 1.440 habitações restou evidente, ao constatar que apenas 165 famílias foram realocadas. (ARGENTINA, 2018).

No plano sanitário de emergência não foi diferente. Percebeu-se a falta de planejamento na elaboração de um mapa de risco sanitário ambiental, por distribuição geográfica, uma vez que não há informação precisa do número de pessoas afetadas e muito menos das que sofrem de qualquer doença relacionada com a contaminação ambiental.

Portanto, percebe-se que no decurso de 10 anos desde a sentença, foi notório o descumprimento dos preceitos do PISA. Apesar da Corte destacar o carácter obrigatório dos prazos e as responsabilidades da ACUMAR, dos Estados requeridos e das 44 empresas envolvidas, pouco se avançou. (ARGENTINA, 2018).

Por essa inércia, foi marcada nova data para que a ACUMAR apresentasse ao Tribunal os prazos certos para o cumprimento dos mandamentos estabelecidos nas sentenças ditadas pela Corte. Estabeleceu-se ainda que cada um dos prazos estivesse fundamentado e vinculado a dados atuais, que reflitam a real situação da Bacia Matanza Riachuelo.

Apesar de todas as dificuldades relatadas, é possível reconhecer que houve progresso no desenvolvimento de planejamento e gestão socioambiental. A posição assumida pela Corte demonstra nítida inclinação à preocupação com a questão ambiental, apesar das dificuldades na sua execução. Tal fator revela verdadeira sensibilidade dos Tribunais Constitucionais ao analisar demandas ambientais cominadas com conflitos econômicos e sociais presentes na região.

Nessa perspectiva, trabalhar o viés da proteção ambiental como bem coletivo a ser tutelado, foi um passo importante dado pela Corte Suprema Argentina na construção de uma jurisdição ambiental, mesmo diante dos entraves operacionais de sua execução.

O que se percebe de fato é que as dificuldades enfrentadas na execução dos ditames sentençiais perpassaram muito mais pela precária estrutura dos órgãos públicos, o que implica as escolhas políticas de alguns dirigentes, falta de capital humano capacitado, conhecimento técnico exigido e baixa capacidade tecnológica. Somado a isso, depara-se com a ineficiência do Estado em fiscalizar as políticas públicas exigidas, seja por dificuldades orçamentárias e/ou falta de prioridades em sua implementação, seja pela corrupção denunciada de alguns órgãos.

Para que determinadas políticas públicas sejam implementadas, necessário se torna aparelhar as estruturas do Estado para que este consiga agir e cumprir o que for designado. Sem esse aparato, prazos são descumpridos e todo planejamento se torna ilusório e de difícil concretização. Contudo, apesar dos entraves logísticos e operacionais, a Suprema Corte Argentina avançou em formular as bases para uma jurisprudência ambiental que influenciará outros países latino americanos na construção de instrumentos e políticas públicas em prol da defesa ambiental.

Nesse sentido, alguns Estados caminharam na tentativa de construção de uma jurisprudência ambiental. Como a Argentina, em 2009, o Tribunal Constitucional do Peru pronunciou relevante sentença no tocante ao pleno desenvolvimento do Direito Ambiental na América Latina e Caribe, no julgado “Jaime Hans Bustamante Johnson”. A decisão sustentou-se no amparo contra empresas petroleiras por recomposição e suspensão da sondagem e exploração de hidrocarbonetos numa área natural protegida chamada “Cordillera Escalera”, na Amazônia. Esse bioma tem especial importância em razão de sua biodiversidade e única fonte de água utilizada pelas comunidades em seu entorno. Os conceitos de meio ambiente e prevenção, meio ambiente e responsabilidade social das empresas, comunidades nativas e meio ambiente, direito à identidade étnica e cultural, entre outros, foram destacados na sentença. (CAFFERATTA, 2010).

Outro exemplo importante foi a sentença proferida pelo Tribunal Constitucional da Costa Rica, na ação Padilla Gutierrez, Clara Emilia e outros (2008). Nesse caso, cidadãos moradores de localidades limítrofes ao Parque Nacional Marinho Las Baulas de Guanacaste moveram uma ação contra a SETENA (Secretaria Técnica Nacional Ambiental), pleiteando a proteção de um ecossistema vulnerável, habitat de uma espécie de tartarugas gigantes (“baulas”) em perigo de extinção. Também pleitearam proteção ao potencial de biodiversidade da região, em especial pela qualidade da flora e fauna, no qual esse ambiente estava sendo impactado e seriamente ameaçado pelo desenvolvimento desordenado de uma série de empreendimentos urbanísticos e hoteleiros, na zona de amortecimento do Parque ou no próprio Parque, com a realização de estudos de impacto

ambiental individuais, sem nenhuma avaliação integral do impacto global gerado em uma área especialmente protegida. (CAFFERATTA, 2010).

Tais decisões demonstram o movimento dos Tribunais Superiores de Justiça da América Latina na construção de uma jurisprudência ambiental em defesa do meio ambiente. Entretanto, os Tribunais sozinhos não avançarão se não contarem com a participação efetiva dos Estados na execução e fiscalização das políticas públicas exigidas e um esforço comum de todos na gestão dos bens ambientais, sem sujeição a interesses políticos ou econômicos.

CONCLUSÃO

Cada vez mais as demandas ambientais têm passado pelo crivo do Poder Judiciário. Observa-se uma crescente tendência internacional a posicionar as Cortes em situações complexas que reafirmar o caráter transdisciplinar do Direito Ambiental imiscuído às questões econômicas, sociais e políticas.

Ainda que indiretamente, os conflitos ambientais têm levado os juízes a reafirmar um compromisso com os ditames constitucionais segundo a perspectiva de que a melhoria ou a degradação ambiental afeta a todos, por referir-se a um bem difuso de caráter transindividual.

O caso Matanza Riachuelo confirma a necessidade de se conciliar desenvolvimento econômico, expansão urbana e gestão ambiental de forma integrada e romper um círculo vicioso de poluição e degradação ambiental e humana.

Utilizar os recursos naturais com a inocente percepção de que são bem infinitos não cabe mais guarida nas interpretações constitucionais. Ainda que os Estados não tenham desenvolvido ampla legislação ambiental, os tribunais têm demonstrado grande sensibilidade à causa.

A Corte Suprema da Nação Argentina, especificamente, avançou e inovou trazendo importantes considerações e conceitos ao contexto ambiental, repartindo e atribuindo competências e conclamando todos os envolvidos a se comprometer na gestão do bem ambiental. Um bem transindividual que merece a tutela efetiva de modo a assegurar às futuras gerações um ambiente são e equilibrado.

Já é tempo de se atribuir responsabilizações aos atos danosos ao meio ambiente, apurando os envolvidos e internalizando a compreensão de que certos danos são irreparáveis e que podem ser evitados se consideradas ações de caráter preventivo.

Assim como a Argentina, alguns países latino americanos têm demonstrado uma inclinação a favor da construção de uma consciência ambiental adotando em suas decisões verdadeiros ensinamentos na tutela do meio ambiente. No caso em tela, percebeu-se o impulso da



sociedade civil a movimentar todo o aparato legislativo à causa ambiental para, posteriormente, engajar os tribunais na construção de um pensamento jurisprudencial na seara ambiental.

Essas decisões são de suma importância uma vez que orientam decisões posteriores no fortalecimento da defesa ambiental e criam precedentes forçando os Estados a estabelecer novas posturas que ressaltam a importância do Direito Ambiental. Mais do que nunca as Cortes têm se esforçado em acompanhar a dinâmica da problemática ambiental enfrentada à altura dos novos tempos, ainda que os Estados possuam dificuldades em sua efetiva implementação.

Por essa razão acredita-se que as decisões judiciais em questões ambientais dos diversos Estados latino-americanos somadas a do Tribunal Argentino, têm contribuído para a formação de uma jurisprudência ambiental protetiva ao meio ambiente, uma vez que embasa os julgamentos posteriores e estimula os Estados a adotar políticas públicas de proteção ambiental.

Milhões de pessoas foram afetadas pela poluição da Bacia Matanza Riachuelo. As contaminações de bacias hídricas ainda são desafios constantes, principalmente em grandes polos industriais. Mas decisões como essa, proferida pela Corte Suprema Argentina, reforça a crença de um novo cenário a ser construído, ainda que desafiador, em que o meio ambiente seja considerado a vertente fundamental conjuntamente aos indivíduos que nele habitam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARGENTINA. Corte Suprema de Justicia de la Nación. M. 1569. XL. ORI. Mendoza, Beatriz Silvia y otros c/ Estado Nacional y otros s/ daños y perjuicios (**daños derivados de la contaminación ambiental del Río Matanza - Riachuelo**). Buenos Aires. 20 de junho de 2006. Disponível em: <<https://sjconsulta.csjn.gov.ar/sjconsulta/documentos/verDocumentoById.html?idDocumento=5166011>>. Acesso em: 07 abril 2022

ARGENTINA. Corte Suprema de Justicia de la Nación. M. 1569. XL. ORI. Mendoza, Beatriz Silvia y otros c/ Estado Nacional y otros s/ daños y perjuicios (**daños derivados de la contaminación ambiental del Río Matanza - Riachuelo**). Buenos Aires. 8 de julho de 2008. Disponível em: <<https://sjconsulta.csjn.gov.ar/sjconsulta/documentos/verDocumentoById.html?idDocumento=5166011>>. Acesso em: 07 abril 2022.

ARGENTINA. Corte Suprema de Justicia de la Nación. M. 1569. XL. ORI. Mendoza, Beatriz Silvia y otros c/ Estado Nacional y otros s/ daños y perjuicios (**daños derivados de la contaminación ambiental del Río Matanza - Riachuelo**). Buenos Aires. 12 de abril de 2018. Disponível em: <<https://sjconsulta.csjn.gov.ar/sjconsulta/documentos/verDocumentoByIdLinksJSP.html?idDocumento=7446101&cache=1539484521549>>. Acesso em: 07 abril 2022.

ARIAS, Ariadna. El río Matanza, un lugar inhabitable para cinco millones de argentinos. **La Voz de Galicia**. Buenos Aires, 27 dez. 2019. Disponível em: <<https://www.lavozdeg Galicia.es/noticia/sociedad/2019/12/26/rio-matanza-lugar-inhabitable-cinco-millones->>



argentinos/00031577370845628922369.htm#:~:text=El%20r%C3%ADo%20Matanza%20Riachuelo%20en,el%20barrio%20de%20La%20Boca>. Acesso em: 07 abril 2022.

AUTORIDAD DE CUENCA MATANZA RIACHUELO (ACUMAR). **Características de la Cuenca Matanza Riachuelo**. 2016. Disponível em: <<https://www.acumar.gob.ar/caracteristicas-cuenca-matanza-riachuelo/>>. Acesso em: 06 maio 2022.

AUTORIDAD DE CUENCA MATANZA RIACHUELO (ACUMAR). **Causa Mendoza**. Disponível em: <<https://www.acumar.gob.ar/causa-mendoza/>>. Acesso em: 07 abril 2022.

AUTORIDAD DE CUENCA MATANZA RIACHUELO (ACUMAR). **Plan Integral de Saneamiento Ambiental**. Disponível em: <<https://www.acumar.gob.ar/pisa-plan-integral-saneamiento-ambiental/>>. Acesso em: 07 abril 2022.

AUTORIDAD DE CUENCA MATANZA RIACHUELO (ACUMAR). **Prevenir, recomponer y mejorar, es la tarea**. Disponível em: <<https://www.acumar.gob.ar/institucional/>>. Acesso em: 07 abril 2022.

BARBOSA, Vanessa. Os 10 lugares mais poluídos do mundo e habitados. Cerca de 200 milhões de pessoas vivem em regiões contaminadas, expostas à níveis de poluição debilitantes, mostra estudo. **Revista Exame**, 2016. Disponível em: <<https://exame.com/tecnologia/os-10-lugares-mais-poluidos-do-mundo-e-habitados/>>. Acesso em: 09 maio 2022.

BOUSFIELD, Rodrigo. SOUZA, Filipe Bellincanta de. Deveres fundamentais implícitos na política nacional do meio ambiente – lei 6.938/81. **Veredas do Direito**, Belo Horizonte, v.18, n.42, p.39-64, set./dez. 2021. Disponível em: <<http://revista.domhelder.edu.br/index.php/veredas/issue/view/67>>. Acesso em: 10 maio 2022.

CAFFERATTA, Néstor. Introdução, 2010. PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE (PNUMA). **Jurisprudência Ambiental na América Latina: Recopilação e análise dos casos relevantes**. Série Documentos sobre Direito Ambiental. Argentina. Caso Beatriz Silvia Mendoza e outros X Estado Nacional e outros sobre danos e prejuízos derivados da contaminação ambiental do Río Matanza Riachuelo. Cidade do Panamá. Panamá. p. 09-15. Disponível em: <<http://www.pnuma.org/gobernanza/JurisprudenciaAmbientalnaAmericaLatinaRecop.pdf>>. Acesso em: 07 abril 2022.

CARRASCO, André de Oliveira Torres. Cuenca Matanza – Riachuelo: reconhecendo a periferia de Buenos Aires. **Revistas. USP**. Pós - São Paulo, v.21, n.35, p. 140-153, junho 2014. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/posfau/article/view/84495/87249>>. Acesso em: 07 maio 2022.

CUÉ, Carlos E.; CENTENERA, Mar. Villa Inflamable, la vida tóxica a cinco kilómetros de Buenos Aires. La Corte Suprema argentina declaró en 2008 inhabitable esta zona rodeada de empresas químicas, pero 1.800 familias siguen allí y no encuentran alternativa. **El País**. Buenos Aires, 18 fev. 2018. Disponível em: <https://elpais.com/internacional/2018/02/14/argentina/1518638112_243046.html>. Acesso em: 07 abril 2022.

MERLINSKY, María Gabriela. Efectos de las causas estructurales en el largo plazo: la causa Riachuelo. **Direito & Práxis**. Rio de Janeiro, v. 07, n.14, p.397-420, maio 2016. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/22954/16488>>. Acesso em: 07 maio 2022.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE (PNUMA). **Jurisprudência Ambiental na América Latina: Recopilação e análise dos casos relevantes**. Série Documentos sobre Direito Ambiental. Argentina. Caso Beatriz Silvia Mendoza e outros X Estado Nacional e outros sobre

danos e prejuízos derivados da contaminação ambiental do Río Matanza Riachuelo. Cidade do Panamá. Panamá. p. 09-15. Disponível em: < <http://www.pnuma.org/gobernanza/JurisprudenciaAmbientalnaAmericaLatinaRecop.pdf> >. Acesso em: 07 abril 2022.

SILVA. Romeu Faria Thomé da. Manual de direito ambiental. 7ed. rev., atual, e ampl. Salvador. JusPODIVM, 2017. 912p.

Sobre os autores:

Livia Maria Cruz Gonçalves Souza

Mestre e Doutora em Direito Público, Professora e Advogada.

Dom Helder Escola Superior, Belo Horizonte, MG, Brasil

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6155743240090196> ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2227-6142>

E-mail: liviamaria_cg@hotmail.com

Adriana Freitas Antunes Camatta

Mestre e Doutoranda em Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável pela Dom Helder Escola de Direito. Professora e Advogada.

Dom Helder Escola Superior, Belo Horizonte, MG, Brasil

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8679569206570316> ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5151-0540>

E-mail: adriana.camatta@domhelder.edu.br

Os autores contribuíram igualmente para a redação do artigo.